

A CONTRIBUIÇÃO DA APADA NA COMUNIDADE SURDA DE SALVADOR: UM ESTUDO DE CASO

Katiane Teles Santana Santos^{*}
Aline Cristina Santos^{**}
Maria da Conceição Souza Lage^{***}

Resumo: *Este artigo tem como propósito apresentar o resultado de um estudo de caso, fruto da monografia para obtenção da Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Tiradentes no ano de 2005 (Aracaju/SE), realizado na Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos – APADA, na cidade de Salvador - BA, onde constatamos a relevância desta para a comunidade surda e as demais pessoas envolvidas neste trabalho. Abordamos questões relacionadas ao cotidiano e sua escolarização, ressaltando a sua inserção e aceitação no mercado de trabalho, tendo a APADA como referencial, por ela estar à frente da luta para inserir o surdo na sociedade ativa. Verificou-se a necessidade de um intérprete para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), visto que nosso conhecimento não é suficiente para estabelecermos uma boa comunicação com o deficiente auditivo (DA), o que, de outra forma, resultaria numa prática superficial. Buscou-se conhecer as leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência auditiva, para embasar nosso estudo. A instituição tem um papel muito importante para tal comunidade, e é vista pela mesma como um ícone na cidade de Salvador, sendo comprovado pelas constantes notícias no meio de comunicação local. Todo o nosso trabalho foi realizado através de recursos próprios, contando com a ajuda intelectual de nossa orientadora, Prof^a. Ms. Rita de Cácia Santos Souza, e de todos os envolvidos nessa luta para inclusão do DA na sociedade. Para tanto, tem-se a necessidade da luta coletiva e constante para a ascensão dessas pessoas como um todo.*

Palavras-chave: Educação especial; APADA; Deficiente Auditivo.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial tem sido com grande frequência, interpretada como um apêndice indesejável (MAZZOTA, 2001, p.11). E é para esse indesejável que esta pesquisa quer voltar seus olhares.

O ensino especial visa fornecer subsídios atualizados, apontando alternativas de atendimento que possam favorecer a expansão e a melhoria dos serviços prestados às pessoas com necessidades educativas especiais (PNEE), ou seja, todas as pessoas que necessitam de métodos, recursos e procedimentos especiais durante o seu processo de ensino-aprendizagem.

As pessoas que nascem com alguma deficiência podem carregar consigo a segregação social por toda a sua vida; apesar de estarmos no século XXI ainda existem pessoas na sociedade que julgam os deficientes como sendo incapazes e improdutivos. Na tentativa de diminuir essa separação, uma parcela da sociedade vem empenhando-se na mudança desse cenário e buscando

* Licenciada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes; membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Diversidade da UNIT; atividade profissional atual: auxiliar em Educação a Distância – Núcleo de Educação a Distância da Universidade Tiradentes, Aracaju/SE;

** Licenciada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes; estudante do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Educacional e Didática do Ensino Superior pela Faculdade Pio X – Aracaju/SE;

*** Licenciada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes.

oferecer às PNEE meios de superação dos seus problemas, através de serviços que garantam seu desenvolvimento.

Em uma sociedade cuja cultura supervaloriza a capacidade intelectual, a competitividade, a produção e um determinado padrão de beleza física, fatores como independência e individualidade das pessoas com déficits intelectuais, imperfeições físicas, sofrimento mental, limitação sensorial ou outras peculiaridades, costumam ser subestimados em relação às competências socialmente esperadas e tornam-se um problema frente às demandas da sociedade. Este panorama mostra a situação de desvantagem decorrente das restrições experimentadas pelas pessoas portadoras de deficiências diante do contexto familiar, cultural e social.

Sabemos que é um desafio, mas com a conscientização dos pais, desenvolvimento dos professores e ajuda da comunidade em geral, os PNEE irão atuar de forma ativa na sociedade, e não passiva. O mais importante é olhar para eles, sem piedade, mas com amor, dedicação e credibilidade.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a contribuição da APADA e sua luta para o processo de inclusão do surdo no mercado de trabalho. Vale ressaltar que nos referimos aos excepcionais como pessoas com necessidades educativas especiais, pelo fato das mesmas não portarem uma determinada deficiência, mas sim, possuírem a patologia. As nomenclaturas diversificam de acordo com a época à qual se refere no decorrer do texto.

A metodologia optada pelo grupo foi o “estudo de caso”, pelo fato do mesmo ser o método mais adequado e coerente com nossos objetivos, onde podemos estar indiretamente envolvidos com o nosso objeto de estudo, atuando como um elemento neutro. De acordo com Young (1960) citado por Gil (1991), o estudo de caso como método de pesquisa é uma relação interdependente dos aspectos sociais, sejam eles internos ou externos, na família, numa comunidade, ou numa nação. Essa definição do autor comporta as expectativas do projeto a ser realizado pelo grupo.

Através de tal metodologia, pesquisamos intrinsecamente diante do objeto, sendo este estudado de maneira minuciosa, profunda, o que possibilita o seu amplo e detalhado conhecimento, diferindo dos outros métodos que não permitem tal abordagem.

BREVE HISTÓRICO DA ESDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO MUNDO

Mesmo estando no século XXI, após várias mudanças socioeconômicas, a pessoa portadora de necessidades especiais ainda enfrenta vários obstáculos e preconceitos diante de seus próprios familiares, das pessoas à sua volta e da sociedade como um todo.

Os portadores de necessidades educativas especiais (PNEE) sempre foram vistos como um estorço, sendo abandonado, sem causar dor, tristeza e culpa para o grupo ou sociedade vigente, como nos afirma Souza (2005, p.28):

[...] Até nos dias atuais, há o matricídio de crianças deficientes em várias culturas, inclusive no Brasil, entre várias tribos. E por mais grotesco que possa nos parecer, quando nascem gêmeos, um é sacrificado, independentemente de ter ou não alguma anomalia [...].

Não procuravam a causa das anormalidades, simplesmente iam descartando; os mais fortes sobreviviam, o que não difere da sociedade atual, apenas de cada época, de cada pessoa e seus valores e culturas. Os deficientes eram seres rodeados de superstições e malignidades, o homem

sadio era o ideal. Os mitos fascinavam estas sociedades primitivas; ainda hoje a mitologia encanta o homem de diferentes décadas.

À medida que o homem supera seus limites à busca de novos horizontes, surge paralelamente a hegemonia burguesa. O teocentrismo é substituído pelo antropocentrismo, aonde o indivíduo é o centro das suas relações.

A partir do Renascimento, no final da Idade Média, o homem passou a ser valorizado e a preocupação com o indivíduo excepcional aumenta com um sentido científico de investigar as causas das problemáticas da deficiência e a sua ligação com os fatores hereditários. Os deficientes já não são mais exterminados, e sim, recolhidos em asilos, conventos e albergues.

A educação para as PNEE iniciou-se de forma retraída e solitária, visando prestar somente assistência e pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa, expandindo mais tarde até os Estados Unidos. Segundo Carmo (2004), a questão pedagógica surgiu por volta de 1500 na Europa, quando iniciaram os primeiros movimentos para ensinar pessoas deficientes.

Em 1620 na França, esse trabalho começou apenas com as crianças mudas, com Jean Paul Bonet de ensinar os mesmos a falarem. Mas foi em Paris que foram fundadas as primeiras Instituições especializadas na educação de pessoas com deficiência. A educação de surdos com o abade Charles M. Eppé, que criou o “método de sinais” para a comunicação dos surdos. Os deficientes visuais também tiveram sua instituição fundada em Paris, Instituto Real dos Jovens Cegos, fundada por Valentin Hauy, em 1784, que destinava a leitura tátil pelo sistema de letras em relevo.

Com a criação destes, a educação dos surdos e dos cegos começou a progredir, pois pessoas interessadas começaram a estudar e se dedicar. No entanto, todo o processo foi lento, porque faltava apoio da sociedade. Já as crianças com problemas mentais continuaram sendo internadas junto com as crianças que não tinham condições econômicas para terem seus professores particulares.

Nesse sentido, Benjamin Rush, médico do final da década de 1700, foi um dos pioneiros norte-americanos a introduzir o conceito da educação de pessoas com deficiência. Mas só em 1817 Thomas Gallaudet estabeleceu em Connecticut, um dos primeiros programas especiais de educação, como por exemplo: Asilo Norte-Americano para Educação e Instrução dos Surdos e Mudos e o Asilo para Educação dos Cegos.

Já no Brasil, a educação especial teve início no período colonial, com o atendimento escolar aos alunos portadores de deficiência física em instituição especializada e particular na cidade de São Paulo. Mas só em 1835, o deputado Cornélio França apresentou um projeto, que fora arquivado, onde propunha a criação de cargo de professor de primeiras letras para o ensino de superdotados, tanto no Rio de Janeiro quanto nas províncias. (Moacyr, 1939, apud. Jannuzzi, 1992).

Esse primeiro período da educação especial no Brasil iniciou-se em 12 de setembro de 1854, quando o Imperador D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 428 instituiu na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente chamado de Instituto Nacional dos Cegos.

Sob a influência do diretor do Instituto Bourges, de Paris, Ernesto Hue, foi que em 26 de setembro de 1857, D. Pedro II criou no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, com a Lei nº 839. Após um século de sua fundação, a instituição passa a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), pela Lei nº 3.198, de 6 de julho.

De 1905 a 1950 muitas das instituições que foram criadas para o atendimento das pessoas deficientes eram particulares, com acentuado caráter assistencialista. As iniciativas oficiais também aconteceram neste período, porém tanto as instituições particulares quanto as oficiais não foram suficientes para atender o número de pessoas deficientes existentes.

A educação especial no Brasil foi crescendo lentamente e foram fundados mais institutos particulares. Os serviços públicos eram prestados através das escolas regulares, que ofereciam classes especiais para o atendimento dos deficientes, pelo menos por meio turno.

Em 1957, a educação dos deficientes foi assumida nacionalmente, pelo governo federal. É a partir de 1961 que passa a vigorar a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde foram escritos dois artigos (88 e 89) referentes à educação dos excepcionais, garantindo, desta forma, o direito à educação das pessoas deficientes, com o objetivo de integração às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 é dedicado um capítulo à inclusão escolar para os alunos com necessidades educacionais especiais, com isso gerou uma ampliação de oportunidades, como, por exemplo, a legalização da educação infantil, incluindo a criança deficiente nessa etapa escolar.

Hoje a educação para os portadores de necessidades educativas especiais evoluiu progressivamente, mas ainda temos de melhorar e ampliar nossas visões na expectativa de atendimento e qualificação profissional. Segundo Di Cunto (2000), a efetiva realização dos programas assistenciais implica inúmeras ações, desde a identificação preventiva e precoce que atenda a todas as crianças, principalmente as denominadas de alto risco, passando por um acompanhamento adequado e especializado no que se refere a serviços especiais, identificação correta, ensino compatível com a necessidade do aluno, inclusão no mercado de trabalho etc.

Em virtude da escassez de fontes bibliográficas alusivas à história da educação especial na Bahia, não foi possível abordarmos o referido tema. Fica explícita a necessidade de pesquisas, já que o Estado é referência neste aspecto.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ATUAL

Tradicionalmente, os alunos têm sido reduzidos a imagens, símbolos ou conceitos. Essa redução é enfatizada quando tratamos de crianças com alguma deficiência, neste caso específico, a criança surda. O problema social começa quando, através dele, nós estigmatizamos as pessoas. (...) A chamada Educação Inclusiva surgiu da importância dessa constatação. Ela veio revelar que a Educação, no mundo todo, vem excluindo cada vez mais alunos, em vez de incluir. Não é ao acaso que nós preferimos o nosso sistema de crenças, de estereótipos e de preconceitos. Eles mantêm a nossa crença de que as coisas não mudam, de que o real permanece continuamente o mesmo, não se transformando. Portanto, o que vivemos em relação à Educação hoje é um processo de patologização do processo de ensino-aprendizagem, partindo de uma pré-concepção de que os alunos com deficiência não irão se encaixar no ensino regular, é o que diz MRECH (1999, p. 23, 24, 27).

Inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas até então marginalizadas, e estas procuram capacitar-se para participar na vida da sociedade; inclusão congrega os seguintes pressupostos: capacitação da sociedade, reconhecimento da diversidade, celebração da diferença, sociedade para todos, equiparação de oportunidades.

A educação inclusiva teve seu início nos Estados Unidos, pela Lei Pública 94.142, de 1975. Além dos Estados Unidos, outros países também se preocuparam com a inclusão de portadores de necessidades especiais, dentre eles está o Brasil, que desde a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, deixa claro a normalização da orientação educacional para o atendimento dos PNEE, preferencialmente especializado, nas escolas da rede regular de ensino.

Porém, podemos observar que a educação inclusiva no Brasil só veio ter ênfase com a Declaração de Salamanca, na década 1990. A UNESCO registrou na Declaração de Salamanca o termo Educação Inclusiva mas o seu significado verdadeiro ainda é objeto de discussões entre vários segmentos, o que mantém esta sociedade ainda longe de uma prática de respeito pela diferença e criação de oportunidades para todos.

A ONU foi a primeira a registrar a expressão "Sociedade para Todos" na resolução 45/91 da Assembléia Geral das Nações Unidas ocorrida em 1990. Seus documentos apontam a meta de uma sociedade inclusiva em tomo do ano 2010 sob os seguintes princípios: celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária.

Em 1981 a ONU realizou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD). Desde então o lema passou a ser: "Participação Plena e Igualdade". Para tanto era preciso aceitar o desafio de mudar a própria sociedade, criando-se oportunidades iguais para as pessoas com deficiência. No período de 1983 a 1992, essa semente cresceu graças à implementação do documento "Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência". Este documento enfatiza que os sistemas gerais da sociedade, tais como o ambiente físico e cultural, a habitação e os transportes, os serviços sociais, de saúde e outros sejam acessíveis a todos. Em 20/12/93, a Assembléia Geral da ONU adotou o documento "Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência", que diz o seguinte: "As pessoas com deficiência devem receber o apoio que necessitam dentro das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e serviços sociais".

Em 1994, a UNESCO registrou na Declaração de Salamanca o termo Sociedade Inclusiva (1994, p. ex, 6-7), entendida como sociedade para todos, isto é, que se empenha para acolher as diferenças de todos os seus membros.

A exemplo do relatório da ONU, em 1995, sobre a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, que contém dois documentos: "A Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social" e o "Programa de Ação da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social". Nesses documentos lê-se o seguinte:

... sociedade inclusiva precisa ser baseada no respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, diversidade cultural e religiosa, justiça social e as necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados, participação democrática e a vigência do direito. (Nações Unidas 1994; p. 9).

Estes documentos da ONU refletem, na verdade, uma grande preocupação em relação aos direitos da pessoa com deficiência. Porém é importante enfatizar que esses direitos, dos próprios PNEE, continuam sendo violados e negligenciados, o que demonstra a insensibilidade de alguns segmentos de nossa sociedade.

A discussão que se mantém sobre a inclusão resulta de dois fatores: a busca da redemocratização da sociedade, respeitando-se os direitos humanos e princípios igualitários, e o reconhecimento do potencial de aprendizagem e produtividade dessas pessoas especiais, que, ao longo da história, foram sempre consideradas incapazes. Uma sociedade inclusiva exige acima de tudo que se repense a questão de como se lida com a diversidade, denuncia a postura de aversão e descaso sobre um contingente de pessoas que cresce no mundo todo, e exige, cada vez mais, a construção de um sistema democrático melhor e mais humano.

Sabemos que a educação evoluiu consideravelmente nos últimos anos, o que ampliou o desenvolvimento de expectativas e realizações tanto na rede regular de ensino quanto na inclusão das pessoas com necessidades especiais. Mas, ainda temos de avançar muito para desmistificar a idéia de que o deficiente não é capaz, ele apenas tem limitações como qualquer ser humano.

RELATOS DA PRÁTICA

A APADA atende a qualquer deficiente auditivo (DA), independente de sua classe social, etnia e faixa etária. São ofertados aos estudantes a Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos profissionalizantes. A instituição não é a favor da inclusão em virtude da complexidade de se trabalhar com o DA, mesmo com um interprete na sala de aula, pois o deficiente não tem o mesmo nível de desenvolvimento das crianças ditas “normais”. Acredita que a relação social com as outras crianças ajuda no seu desenvolvimento.

O grande objetivo é inserir o DA na sociedade e no mercado de trabalho, visando a sua ascensão, realização como ser humano e profissionalmente. A fundadora da APADA, Marizanda Dantas Souza, diz que “o surdo não é deficiente, apenas tem uma limitação como todos os seres humanos”. Segundo ela, a aceitação dos surdos no mercado de trabalho é satisfatória, o que limita é a questão do nível de escolaridade; exigem Ensino Médio completo nos cargos primários.

Diante dessa problemática, é feito um trabalho extra-classe, que capacita os alunos, dando-lhes cursos técnicos como: empacotador, serviços gerais, informática e jardinagem. A dedicação é total. Os alunos dão o melhor de si e se preocupam com a perfeição, perguntando sempre ao instrutor se o que estão fazendo está correto. Observamos algumas aulas e percebemos o quanto esse trabalho da APADA é importante para eles, pois resgata a questão de sua utilidade e capacidade para as variadas realizações. A instituição dispõe de três intérpretes, que intermediam a comunicação entre o surdo e o ouvinte nos variados âmbitos sociais. Infelizmente, a escola não tem convênio médico, ficando sob sua responsabilidade, em caso de acidente dentro da instituição, levar o aluno ao posto médico. A luta é árdua, ressaltando que muitas conquistas já foram realizadas.

O voluntariado não é aceito pelo fato de que muitos não têm o devido compromisso social e educativo, freqüentam irregularmente, criando laços afetivos com as crianças e o corpo docente, e acabam abandonando a entidade, prejudicando a todos.

Há uma integração e cooperatividade entre o corpo docente e discente, visando o crescimento da instituição e do DA, e para o mundo trabalhista. As reuniões pedagógicas e com os pais são freqüentes, o que facilita o desenvolvimento de todos. As aulas são de segunda a quinta-feira nos turnos matutino e vespertino. À noite as aulas são para o EJA. Às sextas-feiras, acontecem os encontros para planejamento e discussão em torno dos obstáculos a serem superados e as melhorias a serem executadas.

O projeto pedagógico da instituição busca primar pela cidadania e ética, trabalhando com os alunos para torná-los cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. É voltado para todas as áreas do conhecimento visando à inclusão do DA na sociedade como um todo.

O grande problema citado pelos docentes é a questão familiar, pois muitos não têm apoio dos pais, dificultando o seu êxito. Na APADA, os professores trabalham de forma contextualizada, impondo regras e direitos aos DA para que construam uma identidade cidadã. Utilizam recursos concretos nas aulas, como jogos pedagógicos, filmes, dentre outros, para um maior entendimento dos alunos.

A real situação do surdo na escola regular é insatisfatória, devido à preparação e capacitação dos professores para lidar com esses alunos, uma vez que os mesmos desenvolvem-se de forma diferenciada em função de sua deficiência. “Pelos dificuldades de comunicação, muitos terminam por abandonar a escola”, é o que diz a coordenadora da APADA Jamara Dourado (A Tarde, Salvador, 2002). Os DA requerem uma maior atenção e tempo do professor, o que na sala regular dificulta por ter outros alunos que acompanham normalmente as aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se evidenciar, através deste trabalho um caminho possível para se colocar essa minoria, como tantas outras, dentro da sociedade de forma a ser reconhecida e respeitada em suas diferenças.

O papel dos surdos em busca de uma identidade e sua capacidade de se integrar na sociedade, se lhes forem dadas as chances para que isso aconteça, foi o ponto mais importante aqui ventilado.

Na trajetória desta pesquisa, reafirmamos a necessidade de enfatizar o fato de que os surdos pertencem a um grupo que sofre restrições na sociedade e na própria família, mas que precisam ser derrubadas, pois o mercado de trabalho já se interessa por esta mão-de-obra eficiente.

A história do surdo ao longo dos tempos é repleta de muitas injustiças e descaso, felizmente já podemos deslumbrar um futuro diferente, onde eles terão seu espaço às custas do seu próprio trabalho.

Não podemos deixar de enfatizar a trajetória de luta e muito trabalho que a APADA de Salvador vem fazendo para dar dignidade a essas pessoas, principalmente mostrando para toda a sociedade o potencial dos surdos de forma concreta, pois existe uma procura das empresas para admissão desta mão-de-obra treinada e orientada por esta instituição.

REFERÊNCIAS

- BACKER, George. Deuses e heróis. O romance da mitologia grega. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- BIANCHETTI, Lucídio. “A fé como limite da razão. Indicações para compreender o poder da Igreja na Idade Média”. In: Apontamentos. Maringá: Editora da UEM, 1992.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1988.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação Lei nº 10.172, 09/01/2001. Brasília: Diário Oficial da União Nº 7, Ano CXXXIX, 10 de janeiro de 2001.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. In: Mensagem da APAE. 1994.
- BRASIL. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Secretaria de Educação Especial. Vol. 1. Brasília: 2004.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- DI CUNTO, Carlos Alberto. Políticas Públicas em Educação Especial. Qualificação de Profissionais de Educação Especial. Rio de Janeiro, 2000, p. 24-30.

FERREIRA, Júlio Romero. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. In: Cadernos CEDES. Ano XIX, Nº 46, set. 1998. p. 7-15.

JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 1992.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDONÇA, Jair. Deficientes auditivos recebem apoio da APADA para integração. Jornal A Tarde, Salvador, 10 set, 2002.

Ministério da Justiça – Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde: Declaração da Salamanca e Linhas de Ação – Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 07-10 de Junho de 1994.

MRECH, Leny Magalhães. Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura. 1º ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 1999.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Resolução aprovada em assembléia geral sobre Normas Uniformes pela Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências. Washington, 1994.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei de educação: trajetória, limites e perspectiva. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SOUZA, R.C.S. Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. UNIT, 2005.